

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

## **PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA – PAPA/DF**

**Contrato de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar nº 44.003/2021-FJZB/ASPHOR, que entre si celebram a Fundação Jardim Zoológico de Brasília - FJZB e Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros do Distrito Federal e Entorno - ASPHOR.**

**PROCESSO: 00196-00000212/2021-99**

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES**

A **Fundação Jardim Zoológico de Brasília - FJZB**, doravante denominado **CONTRATANTE**, CNPJ nº 02.537.782/000128, localizada na Avenida das Nações Via L4 Sul - Brasília – DF, CEP nº 70.610-100, neste ato representada por **José Carlos Lopes de Oliveira**, brasileiro, portador do R.G. nº 722.854/SSP-DF e CPF nº 333.932.811-00, na qualidade de Diretor Presidente Substituto, domiciliado nesta Capital, e, por outro lado, a **Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros do Distrito Federal e Entorno - ASPHOR**, com sede à CEASA/DF - SAI Trecho 10 Pavilhão B-08, Brasília-DF, CEP 70.071-208, inscrita no CNPJ 01.930.199/0001-10, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **Sandra Moreira Padilha Vitoriano**, portadora do RG 20308-06 SSP/DF e CPF nº 323.860.441-49, na qualidade de Presidente, domiciliada nesta Capital, e fundamentados nas disposições da Lei Distrital nº 4.752, de 07 de fevereiro de 2012, no Decreto nº 33.642 de 02 de maio de 2012, na Portaria SEAGRI/DF nº 23, de 20 de junho de 2012, documentos legais que regem a matéria, no que couber, tendo em vista o que consta na **Proposta Técnica de Venda (PTV) - ASPHOR** (Ids. 64363197 e 64363232), selecionado na **Chamada Pública nº 002/2021-SEAGRI/DF** (Ids. 63241175 e 63242816), resolvem celebrar o presente CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO**

O presente contrato obedece aos termos da **Chamada Pública nº 002/2021-SEAGRI/DF** (Ids. 63241175 e 63242816), constante do Processo SEI nº 00196-00000212/2021-99, da Lei nº 4.752, de 07 de fevereiro de 2012, do Decreto nº 33.642/2016, em conformidade com as demais disposições da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a aquisição, por dispensa de licitação de frutas, verduras e legumes produzidos por agricultores familiares rurais e urbanos e pelos demais beneficiários e organizações que se enquadrem nas disposições da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para a alimentação dos animais mantidos na FJZB, conforme especificações, quantidades e demais exigências da **Chamada Pública nº 002/2021-SEAGRI/DF** (Ids. 63241175 e 63242816) e da **Proposta Técnica de Demanda – PTD FJZB/GAB/SUCOP/DAN** (Id. 59577605) da Fundação Jardim Zoológico de Brasília - FJZB, os quais ficam fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

A **CONTRATADA** deverá entregar os produtos de acordo com o Cronograma de Entrega detalhado elaborado pela **CONTRATANTE**.

As alterações no Cronograma de Entrega deverão ser comunicadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias. Na hipótese de recusa de recebimento dos produtos pelo responsável nos locais de entrega, considerar-se à que estes foram devidamente entregues e serão faturados, exceto se a qualidade dos produtos não estiver dentro dos padrões ideais para utilização.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR**

Pelo fornecimento dos produtos, nos quantitativos descritos na **PTV-ASPHOR** (Ids. 65567726), a **CONTRATADA** receberá o valor total previsto de **R\$ 237.673,60 (duzentos e trinta e sete mil, seiscentos e setenta e três reais e sessenta centavos)**, obedecendo-se ao limite de valor individual de venda.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do objeto deste instrumento correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

- Unidade Orçamentária: 21207 - FJZB
- Programa de Trabalho: 18.541.6210.4086.0002 - Assistência a Animais-FJZB
- Natureza de Despesa: 33.90.30 - Material de Consumo
- Fonte de Recursos: 100 - Ordinário Não Vinculado

O empenho inicial é no valor de R\$ 118.831,32 (cento e dezoito mil, oitocentos e trinta e um reais e trinta e dois centavos), conforme Nota de Empenho nº 2021NE00358 (Id. 65558685) , emitida em 09/07/2021, sob o evento nº 400091, modalidade Global na Fonte 100, para atender às despesas no corrente exercício.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** até 30 (trinta) dias após a apresentação do documento fiscal correspondente emitido mensalmente pela **CONTRATADA**.

Não será efetuado nenhum pagamento à **CONTRATADA** enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

A **CONTRATANTE** se exime de quaisquer ônus ou relação contratual de pagamento a ser efetuado a cada Agricultor ou Empreendedor de Base Familiar Rural que integre a Cooperativa **CONTRATADA**, cabendo-lhe, como organização representativa, realizar o devido repasse de recursos.

Para efeito de pagamento, a **CONTRATADA** deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

**I** – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **CONTRATADA**, ou outra equivalente, na forma da lei;

**II** – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

**III** – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);

**IV** – Certidão de Regularidade com a Fazenda Pública Federal, por meio da Certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais, inclusive contribuições previdenciárias, e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014);

**V** – Certidão de Regularidade de Débitos Trabalhistas – CNDT (em [www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br)), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011. Visando comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do Trabalho. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo

pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA, nos termos do art. 3º, do Decreto nº 37.121/2016.

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso). Caso haja multa por inadimplemento contratual, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, ou até a entrega total dos produtos adquiridos.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

a. A CONTRATANTE, em razão da supremacia do interesse público sobre o interesse particular, poderá realizar as seguintes ações quanto ao CONTRATO:

1. modificá-lo unilateralmente para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do(a) CONTRATADO(A);
2. rescindi-lo, unilateralmente, nos casos de infração contratual ou inaptidão do(a) CONTRATADO(A);
3. aplicar sanções ao(à) CONTRATADO(A), motivadas pela inexecução parcial ou total do CONTRATO;

b. Emitir a(s) Nota(s) de Empenho para fazer face às despesas contratadas;

c. Efetuar os pagamentos das despesas contratadas;

d. Encaminhar 01 (uma) via deste contrato à Coordenação de Compras Institucionais da SEAGRI/DF, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da sua assinatura;

e. Encaminhar trimestralmente, e sempre que solicitado, relatório de execução físico-financeiro do contrato à Coordenação de Compras Institucionais da SEAGRI/DF;

f. Emitir Termo de Recebimento e Aceitabilidade – TRA à contratada, assinado pelo funcionário responsável pelo recebimento dos produtos em cada local de entrega.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

a. A CONTRATADA se obriga ao fiel e integral cumprimento deste contrato declarando ter ciência de todas as exigências legais especificadas para comercialização dos produtos objeto deste contrato, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, às penalidades aplicáveis da legislação administrativa, civil e penal.

b. A CONTRATADA deverá guardar pelo prazo de 05(cinco) anos, as cópias das Notas Fiscais de Venda ou documento equivalente dos produtos cotados conforme Proposta Técnica de Venda - PTV, estando à disposição para comprovação dos órgãos fiscalizadores.

c. É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o ressarcimento de danos causados à CONTRATANTE ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do CONTRATO, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

d. A CONTRATADA será responsável por garantir a qualidade dos produtos até completar o total do pedido, se comprometendo a substituir ou repor imediatamente o produto que não atender a legislação em vigor, ou apresentar qualquer problema que o torne impróprio à utilização.

e. As despesas decorrentes de problemas relativos ao comprometimento da qualidade do produto, dentro do prazo de validade, ficarão por conta da contratada que deverá recolher e substituir os produtos, nos locais indicados pelo órgão demandante, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar do recebimento da notificação informando os problemas.

f. Os produtos poderão ser substituídos por outros, em razão de caso fortuito ou força maior, desde devidamente justificado e autorizado pela (órgão contratante).

g. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

h. Comunicar por escrito eventual atraso, apresentando as justificativas que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE.

i. Atender, no prazo fixado, todas as solicitações do Executor do contrato.

j. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado, facultada a supressão além desse limite, mediante acordo entre as partes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

O CONTRATO poderá ser rescindido amigavelmente em comum acordo, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração e não haja motivo para rescisão unilateral do ajuste, bastando para tanto, manifestação escrita de uma das partes com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do CONTRATO, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, conforme art. 79, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

É inexistente qualquer possibilidade de transferência ao Distrito Federal de responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários porventura inadimplidos pela CONTRATADA, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados desta e a Administração, nos termos do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/93 (Parecer 016/2015 PRCON/PGDF).

O CONTRATO poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto nos arts. 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do CONTRATO, sujeitará a CONTRATADA à multa prevista no Edital, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

Caso a CONTRATADA não cumpra integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estará sujeita às sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851/2006, e suas alterações, no que couber.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO EXECUTOR**

A CONTRATANTE designará 02 (dois) Executores para o Contrato, sendo um titular e um suplente, que desempenharão as atribuições previstas nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO**

A eficácia do CONTRATO fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura. Após o que deverá ser providenciado o seu registro sistemático junto à CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos não expressamente regulados no presente ajuste serão resolvidos pela CONTRATANTE, ouvido o Grupo Gestor do PAPA/DF, obedecidas às disposições legais aplicadas à espécie.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65, da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no CONTRATO, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROIBIÇÃO DE CONTEÚDO DISCRIMINATÓRIO**

Nos termos da Lei Distrital nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, é estritamente proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, relativo às hipóteses previstas no art. 1º, do mencionado diploma legal, podendo sua utilização ensejar a rescisão do CONTRATO e a aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

É vedado qualquer tipo de discriminação contra a mulher, nos termos do Decreto Distrital nº 38.365, de 26 de julho de 2017.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA INFANTIL**

Nos termos da Lei nº 5.061, de 08 de março de 2013, e com fundamento no art. 7º, inciso XXXIII, e art. 227, § 3º, inciso I, da Constituição Federal, é vedada a utilização de mão de obra infantil, de qualquer forma, no presente CONTRATO.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS IRREGULARIDADES**

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-644060.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente CONTRATO.

E, por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente Contrato com a assinatura de 02 (duas) testemunhas.

Brasília, julho de 2021.

**Pela CONTRATANTE:**

**JOSÉ CARLOS LOPES DE OLIVEIRA**  
Diretor Presidente Substituto

**Pela CONTRATADA:**

**SANDRA MOREIRA PADILHA VITORIANO**  
Presidente - ASPHOR

**TESTEMUNHAS:**

1. Marcos Antonio Landim de Sousa  
484.171.731-53
2. Tatiane Brandão Moreno  
085.999.949-13



Documento assinado eletronicamente por **SANDRA MOREIRA PADILHA VITORIANO, RG n.º 2030806 ? SSP-DF, Usuário Externo**, em 12/07/2021, às 11:48, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n° 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE CARLOS LOPES DE OLIVEIRA - Matr.0094380-0, Diretor(a)-Presidente-Substituto(a)**, em 12/07/2021, às 12:11, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n° 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ANTONIO LANDIM DE SOUSA - Matr.032065-X, Chefe do Núcleo de Contratos e Convênios**, em 12/07/2021, às 12:45, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **TATIANE BRANDÃO MORENO - Matr.0278767-9, Diretor(a) de Alimentação e Nutrição Animal**, em 12/07/2021, às 14:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **65644160** código CRC= **CFAB93EC**.

---

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Avenida das Nações, Via L 4 Sul, s/n - Bairro Candangolândia - CEP 70610-100 - DF

3445-7022

---